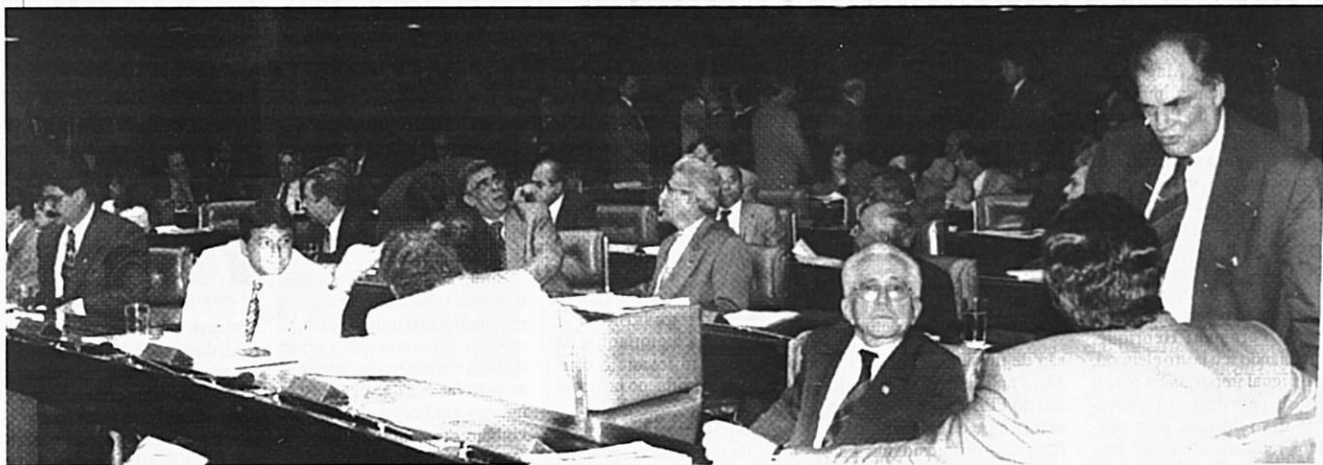


# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano III - Nº 581 - Brasília, quinta-feira, 6 de novembro de 1997



No plenário, os senadores analisaram os efeitos da prorrogação do FEF sobre as finanças dos estados e municípios e defenderam alterações por meio de nova emenda constitucional

## Senado aprova prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal

*FEF vigora até 31 de dezembro de 1999 e pode assegurar aos cofres do governo R\$ 34 bilhões. Senadores lamentam a retenção de dinheiro dos estados e municípios*

### Josaphat apresenta relatório do Código Civil

O relatório final sobre o projeto do novo Código Civil foi apresentado ontem pelo senador Josaphat Marinho à comissão especial encarregada de examinar a matéria, presidida pelo senador Ronaldo Cunha Lima. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, observou que a perspectiva de se encerrar ainda neste ano a tramitação da proposta "é uma prova dos novos tempos de trabalho e atuação do Congresso Nacional". **Página 7**



Os senadores conhecem na comissão o novo Código Civil

### Plenário vota renda mínima

O plenário do Senado vota hoje o projeto oriundo da Câmara dos Deputados que autoriza o governo federal a conceder ajuda financeira aos municípios que instituírem programas de garantia de renda mínima a famílias que tenham filhos de até 14 anos na escola.

Durante as discussões na CAE, o projeto recebeu substitutivo do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que garante ajuda mínima de R\$ 15,00 às famílias beneficiadas. Na Comissão de Educação, a proposta também foi objeto de substitutivo, apresentada pela senadora Emília Fer-

nandes (PDT-RS).

Para o autor da proposição, deputado Nelson Marchezan, "a implantação do projeto de garantia de renda mínima é um presente de Natal que o Congresso Nacional e o Executivo darão para as crianças brasileiras".

Por 61 votos contra 12, o plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, a proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até 31 de dezembro de 1999. Durante a discussão da matéria, vários senadores lamentaram a retenção de recursos dos estados e municípios. O próprio relator, senador Renan Calheiros, informou que dará todo apoio à proposta de emenda constitucional que isentará os municípios da contribuição do FEF. **Páginas 4 e 5**

**Acolhido o projeto sobre biodiversidade**

**PÁGINA 3**

# ACM: ampliação da base do governo facilita reforma

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, destacou ontem a importância da adesão do PPB à base de sustentação do governo, não só para a campanha da reeleição, mas, especialmente, pelo significado que terá para o trabalho que o Congresso vem desenvolvendo pela aprovação das reformas.

- Trata-se de apoio muito importante para a candidatura de Fernando Henrique, ampliando seu lastro eleitoral, e de igual importância para o Brasil, pelo reforço à aprovação das reformas, para sairmos rapidamente desse momento tumultuoso que a economia viveu - afirmou.

O senador recebeu pela manhã, em seu gabinete, o presidente de honra do PPB, o ex-prefeito Paulo Maluf, que veio comunicar sua deci-



Antonio Carlos e Maluf: bom para as reformas

são de disputar o governo de São Paulo em 1998 e a adesão do PPB à aliança que formará a base da campanha pela reeleição do presidente Fernando Henrique, junto com o PFL e o PSDB.

Antes de se encontrar com Antonio Carlos, o ex-prefeito paulistano esteve com o presidente Fernando Henrique Cardoso. Maluf anunciou que o

PPB integrará o comitê de campanha de Fernando Henrique em condições paritárias com o PFL e o PSDB. A proposta de engajamento do PPB à base de sustentação do governo e à campanha da reeleição será levada à convenção do partido, no próximo dia 11.

Antonio Carlos inaugurou na tarde de ontem, no saguão da biblioteca, exposição sobre a influência das lideranças gaúchas na política nacional durante o século XX. Na mesma ocasião foi lançado o livro *100 Anos de Política Brasileira*, de José Balcchieri Duarte.

# Lauro Campo critica a "perplexidade" de Franco

Lauro Campos (PT-DF) afirmou ontem que o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, não tinha o direito de declarar-se "perplexo" com os acontecimentos que resultaram na crise das bolsas de valores. "O mundo teria que passar por isso, necessariamente. Só fica perplexo aquele que não quer encarar a dura realidade", disse ele.



Lauro: é a "dura realidade"

Numa análise da tensão que dominou o mercado financeiro mundial nos últimos dias, o senador sustentou que a crise de hoje era esperada, sobretudo pelo fato de que os investimentos em bolsas de valores vinham crescendo aceleradamente, sem respaldo em aumento de produtividade. "O presidente do Banco Central não poderia declarar perplexidade diante de acontecimentos que há tanto tempo rondavam o mundo", observou.

Para o senador, a especulação econômica gerou um mundo esquizofrênico, e o presidente do Banco Central brasileiro não poderia desconhecer isso. "As bolsas estavam perigosas e artificialmente elevadas, e era preciso conter esse movimento especulativo", declarou o senador, para lembrar que o Brasil também está sujeito aos percalços do mundo, visto "que não estamos vivendo no mundo da lua".

Ele explicou que o capitalismo vai criando fenômenos

fictícios, que fazem parte da realidade desse sistema econômico e que, no caso das bolsas, faz com que o preço das ações vá se distanciando diariamente da rentabilidade dos negócios. "O preço das ações se desloca do mundo real porque o dinheiro em potencial, em vez de se transformar em mais investimentos, se transforma em capital especulativo fictício", frisou.

Lauro Campos também explicou que, desde o plano de estabilização fiscal adotado pelo governo de Fernando Henrique, o Brasil está submetido a uma camisa-de-força que o obriga a um equilíbrio orçamentário até agora não alcançado pelos Estados Unidos. "Nós temos que equilibrar o nosso Orçamento enquanto os Estados Unidos alimentam o seu déficit", assinalou o senador.

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Senador Antonio Carlos Magalhães

- 11h - Recebe o embaixador da Suécia, Christer Manhusen
- 11h45 - Recebe os governadores Antônio Britto (RS), Maguito Vilela (GO), Cristovam Buarque (DF) e Garibaldi Alves Filho (RN)
- 12h30 - Participa de almoço com o ministro da Marinha, almirante Mauro César Rodrigues Pereira. *Ministério da Marinha*
- 15h30 - Preside Sessão Deliberativa Ordinária do Senado Federal
- 19h30 - Participa de recepção na Embaixada do Chile

### PLENÁRIO

**14h30 - Sessão Deliberativa do Senado**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: discussão em turno único do "PLC nº 89/96 (tramitando em conjunto com os PLS nºs 236/95 e 84 e 201/96), que autoriza o governo federal a conceder apoio financeiro ao Distrito Federal e aos municípios que instituírem programa de garantia de renda mínima associada a ações sócio-educativas"; "PLS nº 236/95 (tramitando em conjunto com o PLC nº 89/96), cria a renda mínima na educação"; "PLS nº 84/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 89/96), cria o Programa de Bolsas de Estudo e altera a Lei nº 9.131, que fixa as diretrizes e bases da educação nacional"; "PLS nº 201/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 89/96), cria a Bolsa-Cidadão"; "PLC nº 21/96, que torna obrigatória a impressão, nas bulas dos medicamentos, que especifica, de advertência aos fumantes sobre os riscos do tabagismo em relação a determinadas patologias"; "PLC nº 39/96 (tramitando em conjunto com o PLS nº 44/96), acrescenta parágrafos ao art. 928 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil"; "PLS nº 44/96 (tramitando em conjunto com o PLC nº 39/96), altera os arts. 926 e 928 do Código de Processo Civil"; "PLC nº 10/97, revoga dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 - Código de Processo Penal, referentes ao exercício do direito de queixa pela mulher"; "PLS nº 313/95, regulamentação o uso da língua vernácula para denominações de estabelecimentos industriais, comerciais e de serviços e dos seus produtos e dos respectivos manuais de instruções, guias de informações, mapas, cartas, folhetos, letreiros, painéis e toda e qualquer modalidade de informações destinadas ao consumidor brasileiro"; e "PLS nº 246/96, dispõe sobre a conciliação, mediação e arbitragem nos dissídios individuais de natureza trabalhista

### COMISSÕES

**10h - Comissão de Assuntos Econômicos**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se:

do-se: "PLC nº 36/97 (não terminativo), dispõe sobre o Sistema Financeiro Imobiliário e institui a alienação fiduciária de coisa imóvel"; "Ofício nº 48/97 (não terminativo), solicitação do governo do estado de Santa Catarina, para emissão de Letras do Estado, destinadas ao giro de sua dívida mobiliária vinculável no segundo semestre de 97"; "PLS nº 319/97 (terminativo), autoriza a inclusão do Banco Meridional do Brasil S.A. como participação brasileira na estrutura de organização do Banco do Mercosul"; "Mensagem nº 176/97 (não terminativa), solicitação do governo do estado da Bahia para que possa ser contratada operação de crédito externo, com garantia da União, no valor de US\$ 51 milhões, junto ao Bird, destinada ao financiamento parcial do Projeto de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Estado da Bahia"; e "PLC nº 007/97 (não terminativo), dispõe sobre o transporte multimodal de cargas. *Sala 19 - Ala Senador Alexandre Costa*

**10h - Comissão de Assuntos Sociais**  
Pauta: Audiência pública para instrução do PLS nº 93/93, que proíba a exclusão de cobertura de despesas com tratamento de determinadas doenças em contratos que assegurem atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas (regulamentação dos planos de saúde)  
Expositores convidados: Edmundo Castilho, presidente da Unimed (Confederação Nacional); Júlio César Mendes Pereira, presidente da Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda - Assefaz; Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; e Virgílio Baíão Carneiro, presidente da Associação dos Serviços Assistenciais de Saúde Proprietários de Empresas - MG - Asaspe. *Sala 09 - Ala Senador Alexandre Costa*

**10h - Comissão de Educação**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: "PLC nº 14/96, que dispõe sobre a proteção da propriedade intelectual de programa de computador e sua comercialização no país"; "PLS nº 263/95, dispõe sobre a educação a distância"; "PLS nº 230/96, inclui conteúdos sobre direitos da criança e do adolescente e sobre violência sexual nos currículos do ensino fundamental e médio"; e "PLS nº 126/97, dispõe sobre o ensino superior em estabelecimentos públicos. *Sala 15 - Ala Senador Alexandre Costa*

**10h - Comissão Mista de Orçamento**  
Pauta: Apreciação de diversas matérias, destacando-se: Contas públicas do governo no exercício de 96. *Plenário 2 do Anexo II da Câmara dos Deputados*  
**11h - Comissão Temporária destinada a examinar o PLC nº 118/84, que institui o Código Civil**  
Pauta: Votação do relatório final. *Sala 03 - Ala Senador Alexandre Costa*

## JORNAL DO SENADO

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Júnia Marise

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Flaviano Melo

4º Secretário: Lucídio Portella

Suplentes de Secretário: Emília Fernandes - Lúcio Coelho

Joel de Holanda - Marluce Pinto

**Diretor-Geral do Senado:** Agacieli da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carneiro Silva

**Diretor da Sec. de Comunicação Social:** Fernando Cesar Mesquita  
**Diretor de Divulgação e Integração:** Heivaldo Rios  
**Diretor do Jornal do Senado:** Flávio de Mattos  
**Diretor da Agência Senado:** José do Carmo Andrade

www.senado.gov.br

*Material genético tem sua disponibilização disciplinada pelo projeto, que contempla ainda todos os conhecimentos tradicionais dos indígenas e de comunidades locais*

## CAS regula acesso à biodiversidade

A Comissão de Assuntos Sociais, presidida pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA), aprovou ontem, em caráter terminativo, o projeto de lei da senadora Marina Silva (PT-AC) que regulamenta o acesso à biodiversidade brasileira. O projeto, aprovado nos termos do substitutivo apresentado pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR), passará ainda por um turno suplementar de votação.

A proposição disciplina as obrigações relativas ao acesso a material genético dentro ou fora de seus habitats naturais, existentes no território nacional, a conhecimentos tradicionais das populações indígenas e comunidades locais associados a recursos genéticos ou produtos derivados e a cultivos agrícolas domesticados ou semidomesticados no Brasil.

O acesso aos recursos ge-



Marina: autora do projeto



Osmar: substitutivo aprovado

néticos em território brasileiro passa a depender de autorização prévia pela autoridade competente e da assinatura e publicação de contrato entre os interessados. Para isso, deverão ser cadastradas entidades públicas e organizações privadas sem fins lucrativos que mantenham atividades relacionadas à conservação e ao uso sustentável dos recursos naturais, que passarão a ser chamadas "agên-

cias de acesso". Essas entidades poderão requerer acesso em nome de terceiros, negociar contratos conexos e cláusulas de proteção de direitos relativos ao conhecimento tradicional.

Conforme o projeto, para autorizar o contrato de acesso a recurso genético, a autoridade competente poderá, caso julgue necessário, exigir a apresentação de estudo e relatório de impacto ambiental relativos aos

trabalhos a serem desenvolvidos.

A proposição aprovada resultou de intenso debate promovido pela Comissão de Assuntos Sociais do Senado, que durante o ano passado reuniu-se em audiências públicas em São Paulo, Manaus e Brasília com a finalidade de ouvir os diversos segmentos da sociedade civil. Ainda em 1996 realizou-se em Brasília um *workshop* sobre a normalização do acesso aos recursos genéticos.

O substitutivo, com 60 artigos, trata também das atribuições institucionais, da proteção dos direitos das comunidades locais e populações indígenas de se beneficiarem por seus conhecimentos tradicionais, do desenvolvimento e transferência de tecnologia, e determina as sanções administrativas e penais para as infrações cometidas contra os recursos genéticos do país.



Ademir: inconstitucionalidade

## Ademir propõe fim de isenção prevista na Lei Kandir

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou ontem projeto de lei que revoga a isenção de ICMS sobre a exportação de produtos semi-elaborados e sobre a aquisição de mercadorias e serviços destinados a uso e consumo e a ativos permanentes, prevista na Lei Kandir. Ele anunciou que entrará com ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal contra a lei.

Para o senador, as inovações trazidas pela Lei Kandir revelaram-se "um grande embuste, pois, além de causar prejuízos às finanças de estados e municípios, não cumpriram os objetivos propostos pelo governo federal de equilibrar a balança comercial". A seu ver, o que ocorreu foi uma simples transferência de recursos dos erários estadual e municipal para o patrimônio das empresas comerciais exportadoras. Ele lembrou que até em estados de maior expressão econômica, como São Paulo, há queixas de perdas sofridas com a vigência da lei. "Mesmo assim, a balança comercial continua batendo recordes negativos", criticou.

Para justificar a ação de inconstitucionalidade que pretende mover, Ademir informou que a Carta Magna exclui, textualmente, os produtos semi-elaborados da não-incidência do ICMS. Na interpretação do senador, a intenção da lei jamais foi a de incentivar a exportação de produtos primários "ou com rudimentar manufatura que pouquíssimo valor agregado possuem".

## Planos de saúde merecem novas audiências

A CAS promove a partir das 10h de hoje nova audiência pública para instruir o substitutivo da Câmara dos Deputados ao projeto de lei do Senado que regulamenta os planos de saúde.

O debate contará com participação de Edmundo Castilho, presidente da Unimed; Júlio César Mendes Pereira, presidente da Assefaz (Fundação Assistencial dos Servidores do Ministério da Fazenda); Waldir Paiva Mesquita, presidente do Conselho Federal de Medicina; e Virgílio Baião Carneiro, presidente da Asaspe (Associação dos Serviços Assistenciais de Saúde Próprios de Empresas - MG).

Conforme requerimento do senador Sebastião Rocha (PDT-AP), relator do projeto, a comissão deverá promover ainda audiências públicas, nos dias 11 e 13 deste mês, para ouvir representantes da Associação Médica Brasileira-AMB, da Associação Brasileira de Serviços de Assistência à Saúde Própria e Empresas (Abrasp), e do Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

A comissão aprovou ainda re-

querimento da senadora Emília Fernandes (PDT-RS) para realização de audiência pública visando esclarecer questões sobre os possíveis prejuízos ocasionados pela abertura do comércio varejista aos domingos. O debate deverá reunir representantes do governo federal e de entidades da categoria de trabalhadores.



Várias matérias foram decididas ontem na Comissão de Assuntos Sociais

## Comissão busca saída regimental para impasse

Os membros da Comissão de Assuntos Sociais delegaram ao seu presidente competência para negociar, com os presidentes das duas Casas do Congresso, uma solução regimental em torno do substitutivo da Câmara ao projeto de lei do Senado que estabelece normas sobre "atendimento médico-hospitalar pelas empresas privadas de seguro-saúde ou assemelhadas".

Ademir Andrade levará ao senador Antonio Carlos Magalhães e ao deputado Michel Temer o inconformismo da comissão diante das modificações introduzidas no projeto.

Ademir disse que "há uma predisposição dos senadores da CAS de rejeitá-lo".

Em apoio, o senador Osmar Dias (PSDB-PR) sustentou que o substitutivo não tem

nada a ver com o projeto originário do Senado.

O senador Sebastião Rocha, relator do projeto, afirmou que poderia recuperar o projeto original e melhorar o seu texto, por meio de emendas supressivas. Observou, entretanto, que para isso teria que contar com o consenso dos senadores para ampliar os direitos do usuário.



# FUNDO DE ESTABILIZAÇÃO FISCAL

## Plenário aprova prorrogação do FEF até 99

O plenário do Senado aprovou ontem, em primeiro turno, por 61 votos favoráveis e 12 contra, a proposta de emenda constitucional que prorroga o Fundo de Estabilização Fiscal (FEF) até o dia 31 de dezembro de 1999. O fundo é constituído por recursos destinados constitucionalmente para algumas áreas e, conforme cálculos feitos pelo governo, a soma deve ficar próxima de R\$ 34 bilhões, os quais serão usados em investimentos federais, principalmente em educação e saúde.

- Como o Congresso ainda não aprovou as reformas tributária, previdenciária e administrativa, o FEF é condição es-



Calheiros: Plano Real em perigo

sencial para que o Plano Real continue alcançando êxito, principalmente depois da crise desencadeada com a queda da Bolsa de Hong Kong - susten-

tou o senador Renan Calheiros (PMDB-AL), relator da matéria na CCJ e no plenário. Para ele, "sem o FEF o governo não tem como combater o déficit fiscal".

Por ser constituído inclusive pelo Imposto de Renda, que tem parte repassada aos estados e municípios, haverá retenção de dinheiro dessas unidades para o Fundo de Estabilização Fiscal. Dados apresentados pelo relator apontam que os estados deixarão R\$ 2,79 bilhões nos cofres da União. A mudança constitucional prevê um ressarcimento aos municípios e, no final, as perdas das prefeituras devem ficar em R\$ 271,9 milhões neste ano, R\$ 461 milhões em 98 e

R\$ 262,6 milhões em 99.

O relator Renan Calheiros destacou em sua exposição ao plenário, antes da votação, que dará todo apoio a uma emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que isentará totalmente os municípios de contribuição ao FEF. Essa emenda, no entanto, só pode ter tramitação iniciada assim que a prorrogação do FEF for promulgada pelas mesas da Câmara e do Senado.

O senador lembrou que a União tem ajudado os estados, com a federalização de aproximadamente R\$ 106 bilhões, de suas dívidas, para pagamento em 30 anos. Assim, a retenção de dinheiro estadual para o FEF é

uma contribuição à estabilização econômica, que nos últimos dois anos "propiciou inclusive aumento de arrecadação dos estados e municípios".

A prorrogação do fundo terá efeito retroativo a 1º de julho último, pois a vigência do FEF terminou em 30 de junho deste ano. Em seu discurso de defesa do FEF, o relator contestou que, com o fundo, reduzem-se as aplicações em educação. Disse que o governo federal gastou em 1995 R\$ 9,1 bilhões com educação, passando para R\$ 9,3 bilhões no ano passado. Para este ano, os gastos globais com educação estão previstos no Orçamento em R\$ 11,5 bilhões.

### Lobão teme a sucessão dos pedidos

Pela liderança do PFL, o senador Edison Lobão (MA) frisou que, em vista da alegação do governo sobre a necessidade de se prorrogar o FEF para manter a saúde do real, o PFL, que participa do governo e é solidário com suas iniciativas, votaria a favor da prorrogação do fundo. No entanto, disse esperar "que não perdurem esses pedidos, seguidos de manutenção de tributos inicialmente temporários".



Lobão lembrou que o atual FEF surgiu como Fundo Social de Emergência em 1994 e, no final de 95, foi solicitada a sua prorrogação para 96 e 97. Agora, até dezembro de 1999. O mesmo ocorreu com a CPMF, destacou.

O senador lembrou que, no período dos governos militares, foram apresentadas seguidas cartas de intenções do país ao Fundo Monetário Internacional, todas descumpridas.

### Júnia: nem Malan acredita em equilíbrio

A senadora Júnia Marise (PDT-MG) perguntou ao plenário se seria justo "promover essa sangria nas receitas dos estados e municípios" se o próprio ministro da Fazenda, Pedro Malan, reconheceu não ter convicção de que o FEF permitirá o equilíbrio fiscal do governo federal.

- O FEF confisca recursos constitucionais já garantidos para o Norte-Nordeste. O que foi imaginado para ser temporário vem se tornando definitivo. Como ficam os municípios pobres? O fundo representa um tiro de morte nos municípios pobres - frisou a senadora.

Júnia Marise lembrou ao plenário que o Congresso está prorrogando o FEF pela segunda vez, destacando que o primeiro fundo (de 1994) chamava-se Fundo Social de Emergência, mas a imprensa noticiou que o seu dinheiro chegou a ser usado para pagar até gastos com comida servida no Palácio do Planalto.



### Dutra acha tudo muito surrealista

"Isso é algo surrealista." Essa foi a expressão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), líder do Bloco Oposição,



para condenar "a prorrogação do FEF, que já acabou há mais de quatro meses". O correto, a seu ver, seria uma emenda constitucional que recriasse o Fundo de Estabilização Fiscal e, como o governo insistiu em prorrogação, as oposições consideram a emenda do FEF inconstitucional, votando contra a proposta.

Dutra afirmou ainda que a emenda do fundo fere uma cláusula pétrea da Constituição, que se refere à Federação. Como o FEF enfraquece financeiramente estados e municípios, isso afeta sua autonomia e, por consequência, a Federação, de acordo com o raciocínio do líder das oposições no Senado. Para ele, a retenção de R\$ 271 milhões neste ano dos municípios "é pouco dinheiro para o governo federal, mas é muito dinheiro para os municípios".

### Simon pede apoio a sua emenda

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) conclamou os senadores e os deputados a votarem sua proposta de emenda constitucional que vai excluir do FEF dinheiro destinado aos municípios. "Isso é ponto de honra e a emenda já tem 61 assinatura de senadores", disse.

Simon lembrou que o então presidente Itamar Franco concordou com a criação do Fundo Social de Emergência (mais tarde prorrogado sob o nome de FEF) "até que fosse votada a reforma tributária". A reforma, observou, até hoje não saiu da Câmara.

O senador anunciou que votaria pela prorrogação do FEF porque as lideranças concordaram em apoiar sua emenda sobre a exclusão dos municípios. Ele lamentou a atitude do governo por ter mobilizado esforços para que a emenda do FEF não recebesse qualquer emenda no Senado porque, caso contrário, ele teria de voltar à análise dos deputados.



### Perdas são inaceitáveis, diz Emília

A senadora Emília Fernandes (PDT-RS) afirmou que "são inaceitáveis" as perdas que os estados já tiveram desde 1994 e ainda vão ter até o final de 1999 com a retenção de dinheiro para o FEF. Os estados já contribuíram para o fundo, desde sua criação, com R\$ 1,9 bilhão e, até o final de 1999, participarão com mais 2,7 bilhões. A soma, conforme a senadora, aproximase-á dos R\$ 5 bilhões.

- Um estado como o Amapá não pode perder para o FEF R\$ 95 milhões. A Bahia deixará para o governo federal com essa prorrogação nada menos que R\$ 262 milhões e o Rio Grande do Sul participará com R\$ 65 milhões. É muito dinheiro para estados que vivem grandes dificuldades - assinalou.

A senadora manifestou total apoio à emenda de Pedro Simon, destinada a excluir os municípios do FEF.



## Lucena pede acerto com os estados

O senador Humberto Lucena (PMDB-PB) propôs que, após a aprovação do FEF, o líder do governo no Senado, Elcio Alves (PFL-ES) e o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, promovam um acerto com o governo "no sentido de devolver aos estados os três meses deles cobrados indevidamente".

Desde junho passado, quando encerrou-se a vigência do FEF, o Tesouro Nacional continuou retendo recursos constitucionalmente destinados aos fundos de participação de estados e municípios, disse.

- O Congresso não pode continuar contribuindo para o enfraquecimento das finanças estaduais, já prejudicadas pela Lei Kandir e pelo FEF - observou.

Para o senador, só uma reforma fiscal resolverá definitivamente o problema do déficit público.

## Para Maldaner, município deve ficar de fora

Após anunciar seu voto a favor da prorrogação do FEF, Casildo Maldaner (PMDB-SC) louvou o compromisso assumido pelas lideranças partidárias para a aprovação da emenda de Pedro Simon (PMDB-RS) destinada a retirar os municípios da contribuição com o fundo.

- Existe um entendimento entre as lideranças e uma emenda com mais de 60 assinaturas. Voto a favor da proposta, mantendo meu voto dado na Comissão de Constituição e Justiça - frisou.

Maldaner se disse preocupado com o risco de perenidade do FEF, lembrando que o fundo foi criado para ser passageiro.

## Valadares alerta para retenção

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que o governo federal atinge frontalmente o artigo 160 da Constituição, caso esteja retendo parcela do FEF que deveria ser depositada se o fundo estivesse em vigor. Ele informou que a hipótese tem sido formulada por vários prefeitos, apreensivos ante os indícios de que os recursos de estados e municípios estariam sendo utilizados para o combate do déficit público e para o ajuste fiscal.

Na opinião de Valadares, se a reforma tributária tivesse sido aprovada, não haveria necessidade do FEF, nem da Lei Kandir. "A culpa não cabe aos estados e aos municípios, mas à política econômica do governo que, para garantir o Real, resolve elevar à estratosfera as taxas de juros, aumentando o seu próprio endividamento, dos estados e municípios, empobrecendo o Brasil, afirmou.

## Cafeteira define como "uma fraude"

Ao votar em separado contrariamente à prorrogação do FEF, o senador Epitácio Cafeteira (PPB-MA) salientou que o Congresso estaria "fazendo de conta que a matéria é constitucional", além de permitir que o novo fundo tenha efeitos retroativos a julho deste ano. Na sua opinião, isso significaria "uma fraude".

O senador Epitácio Cafeteira também apontou que, ao continuar cobrando o Fundo de Estabilização Fiscal depois de julho, o governo de fato teria perpetrado "um roubo", cuja devolução teria sido denominada pelo ministro da Fazenda, Pedro Malan, como "compensação aos municípios".

## Para Ademir, "uma coisa aberrante"

Ademir Andrade (PSB-PA) alertou o plenário para a confusão em que ficaria a opinião pública, ao ver tantos parlamentares se manifestando contrários à prorrogação do FEF e anunciando que votariam a favor da matéria.

Conforme o parlamentar, o Senado estava "votando sobre algo que não existe mais, fazendo uma coisa aberrante, impossível de ser compreendida". Ele afirmou que, com a aprovação dessa proposta, o governo federal estava retirando 20% de todos os recursos vinculados a estados e municípios para uso da União.

Disse, também, que os estados e municípios perderão R\$ 2,8 bilhões com essa prorrogação, e criticou o governo por não querer que o capital especulativo deixe o país. "Nós não aceitamos a utilização de dinheiro público no livre arbítrio. Votarei com o bloco das oposições", proclamou.

## Rocha lastima situação de falência

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) votou contra a prorrogação do FEF, anunciando que os municípios brasileiros estão em situação de falência total, sendo inexplicável a aprovação pelo Parlamento de uma medida que só agrava esse empobrecimento.

Ele lastimou que o projeto de reforma tributária enviado pelo governo à Câmara até hoje não tenha sido votado, o que, em sua opinião, induziu o Executivo a recorrer à prorrogação do FEF para garantir a estabilidade do Plano Real.

## Amin acha que parcela é injusta

Esperidião Amin (PPB-SC) disse ontem que "não é justo que se exija uma parcela dos municípios para o FEF quando se sabe que a situação financeira dos municípios não foi compensada pelo governo federal, a exemplo do que ocorreu com os estados".

Segundo o senador, por ser considerada "residual pelo governo" a parcela dos municípios para o FEF, tem sido considerada verdadeira frase atribuída a um ministro da área econômica de que "se tivesse havido um pouco mais de eficácia no debate na Câmara dos Deputados os municípios talvez pudessem ter sido integralmente poupados de contribuir com essa parcela".

Amin fez um apelo junto às lideranças do governo para que fosse retomado o diálogo e os municípios fossem poupados dessa parcela que é considerada residual pela União e onerosa pelos municípios.

## Suassuna vota com "tristeza"

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) classificou como um "dilema" a situação dos parlamentares que decidiram votar a favor da prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal (FEF), embora testemunhando a difícil situação em que se encontram os municípios. "É com tristeza que vamos votar a matéria", anunciou ele, antes da deliberação do plenário.

Conforme Suassuna, os estados do Nordeste vão participar com 53% dos recursos do FEF e receber apenas 35% desse fundo. Só a Paraíba, prosseguiu, vai entrar com 4,8% e ter um retorno de apenas 3,3%. Curiosamente, São Paulo vai participar com 1% e receber 13,2%, disse ainda o parlamentar.

## Coutinho apóia emenda de Pedro Simon

Coutinho Jorge (PSDB-PA) defendeu a aprovação do FEF como instrumento para reduzir o déficit público, mas considerou que a emenda constitucional do senador Pedro Simon (PMDB-RS), que retira o Fundo de Participação dos Municípios do bolo de recursos que compõem o FEF, "deve ter tramitação rápida".

Segundo o senador, até 31 de dezembro de 1999, o FEF totalizará cerca de R\$ 34 bilhões, dos quais pouco mais de 2% seriam recolhidos do FPM. Trata-se de uma participação pequena, frísou, "mas necessária e importante" para as finanças municipais.

Na opinião de Coutinho o fundo fiscal deveria manter a denominação inicial de "emergência", pois ele só existe atualmente pela falta das reformas constitucionais administrativas, fiscal e previdenciária.

## Jáder diz que questão é de solidariedade

Ao encaminhar favoravelmente à aprovação do FEF, o líder do PMDB, senador Jáder Barbalho (PA), afirmou que, nesse momento, ela "é uma questão de solidariedade ao governo" e que seu partido, "mais uma vez, dá ao presidente da República a solidariedade que ele requer".

Para Jáder, o Executivo comete um "grande erro político" ao acomodar-se com o FEF e não agilizar as discussões e a tramitação da reforma fiscal necessária ao país. O governo, a ser ver, não promove essa reforma para não ter que discutir com estados e municípios "a distribuição dos recursos arrecadados através de impostos".





## Audiência na terça debaterá factoring

O projeto de lei que dispõe sobre as operações de fomento mercantil - factoring, de autoria do senador José Fogaça (PMDB-RS), será debatido em audiência pública a realizar-se na terça-feira, dia 11, às 17h, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM).



Fogaça é o autor

Participarão da audiência pública o diretor de Normas e Organização do Sistema Financeiro do Banco Central, Sérgio Darcy da Silva Alves, e o presidente do sistema Febrfac/Anfac, Luiz Lemos Leite. O projeto será apreciado pela CCJ em caráter terminativo - o que dispensa a votação em plenário. O relator da matéria é o senador Esperidião Amin (PPB-SC).

## CCJ aprova parecer sobre a renegociação paulista

Por 13 votos a um, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou parecer de José Bianco (PFL-RO) favorável à emenda de José Serra (PSDB-SP) e Gilberto Miranda (PFL-AM) a projeto de resolução que autoriza o estado de São Paulo a renegociar, em 30 anos, a dívida de R\$ 46,5 bilhões. De acordo com a emenda, ao montante refinanciado em separado, relativo aos recursos arrecadados com o objetivo de pagar precatórios mas desviados para outros fins, será aplicado o teto mensal de amortização equivalente a 13% da Receita Líquida Real do estado.



Bianco é o relator

A quantia excluída do refinanciamento dos débitos do estado é de R\$ 1.549.926.724,15. O prazo para pagamento desses títulos será de 10 anos.

Ao aprovar a emenda, Bianco reconhece que a não-inclusão da dívida renegociada em separado no teto mensal de amortização "representaria encargo excessivamente pesado, uma vez que o estado de São Paulo, hoje, consome aproximadamente 7% de sua receita líquida com amortização e encargos e, repactuada a dívida, poderá ter esse dispêndio elevado a até 13% de sua receita líquida, o que significa quase dobrar o que atualmente vem comprome-

tendo com essas dívidas".

O relator lembra, em sua justificativa, que a punição pela emissão de títulos a maior está prevista na redução a um terço do prazo de pagamento em relação àquele estabelecido para o pagamento da dívida principal.

- O papel constitucional do Senado - disse Bianco - é procurar solução para a grave crise do endividamento dos estados e municípios. À União não interessa o sufocamento financeiro das unidades da Federação - acrescentou.

Romero Jucá (PFL-RR), que leu o parecer de Bianco, defendeu a aprovação imediata da matéria, destacando a repercussão internacional que o atraso na votação do projeto poderia gerar, "sinalizando de forma negativa para o país".

Debateram a emenda à proposta de renegociação da dívida Levy Dias (PPB-MS) - que tentou, sem êxito, submeter o parecer à CAE -, Gilberto Miranda (PFL-AM), Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Ecio Alvares (PFL-ES), Ney Suassuna (PMDB-PB), José Fogaça (PMDB-RS), José Eduardo Dutra (PT-SE) e Casildo Maldaner (PMDB-SC). Esperidião Amin (PPB-SC) apresentou voto em separado, que recebeu o apoio do líder do Bloco Oposição, José Eduardo Dutra (PT-SE).



A reunião de ontem da Comissão de Constituição e Justiça foi presidida por Bernardo Cabral

Projeto de Teotônio aprovado pela CCJ facilita quitação de débitos com a Previdência e Fundo de Garantia por Tempo de Serviço

## Mais opção para pagar dívida de municípios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador Bernardo Cabral (PFL-AM), aprovou ontem parecer favorável do senador Ramez Tebet (PMDB-MS) a projeto do senador Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL) que possibilitará à União empregar um percentual do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) na amortização da dívida que os municípios tenham com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e com a Previdência Social.

Pela proposição, o emprego do FPM para o pagamento dessas dívidas estará condicionado à vontade do município, e o percentual a ser utilizado será

de 3% tanto para a primeira como para a segunda hipótese, de acordo com emenda apresentada pelo relator.

O senador José Eduardo Dutra (PT-SE), apresentou voto em separado contrário à matéria e manifestou sua estranheza pelo fato de o projeto "que pretende aliviar a dramática situação econômica e financeira dos municípios estar sendo votado na manhã do dia em que o plenário deverá decidir sobre a prorrogação do Fundo de Estabilização Fiscal, que significará perda de receita para os mesmos".

Por sugestão do senador Jefferson Péres (PSDB-AM), acatada pela CCJ, o projeto

será enviado às comissões de Assuntos Econômicos e de Assuntos Sociais, antes de ser apreciado pelo plenário.

### AVALIAÇÃO

A CCJ aprovou substitutivo do senador Romeu Tuma (PFL-SP) a projeto da Câmara que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis.

Emenda do relator incluiu a obrigatoriedade "de prévia avaliação psicológica por junta médica composta de pelo menos três membros, visando aferir a capacitação para a atividade policial segundo critérios científicos".

## CCJ ouvirá Gustavo Franco sobre sistema financeiro

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) convidando o presidente do Banco Central, Gustavo Franco, para prestar à comissão informações sobre o sistema financeiro. O requerimento também solicita a participação dos membros da Subcomissão do Sistema Financeiro, constituída no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), e pre-

sidente pelo senador Vilson Kleinübing (PFL-SC), para estudar e apresentar sugestões sobre o assunto. A data da audiência pública ainda será marcada.

Dutra apresentou o requerimento depois de ter conseguido aprovar seu pedido de vista à proposta de emenda à Constituição de autoria do senador José Serra (PSDB-SP), que pretende



Iniciativa é de Dutra

retirar da Constituição os dispositivos que tratam da fiscalização das instituições financeiras, bem como sua estruturação e funcionamento.

O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PSDB-AM), em favor da proposta original, abriu mão do substitutivo que apresentou.

*"O projeto foi inteiramente atualizado às vigentes regras sociais", disse o relator, que recebeu homenagens dos membros da comissão especial*

## Josaphat apresenta parecer sobre projeto de Código Civil

O senador Josaphat Marinho (PFL-BA) apresentou ontem à Comissão Especial o relatório final sobre o projeto do Executivo que institui novo Código Civil. Presidida pelo senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB), a comissão reúne-se hoje, às 11h, para votar o parecer. A previsão é de que a matéria seja apreciada na próxima semana pelo plenário do Senado.

Josaphat Marinho explicou que o projeto, apresentado à Câmara em 1975 e desde 1984 em tramitação no Senado, precisou receber muitas emendas para adaptá-lo às normas constitucionais vigentes. Foram 366 emendas de senadores, além das 128 que ele apresentou como relator. Ele disse ter analisado todas, emitindo parecer ou apresentando justificativa, no caso das de sua própria autoria.



Josaphat: controvérsias existirão

- O projeto foi inteiramente atualizado às vigentes regras sociais. É claro que existirão controvérsias em relação a ele, pois trata-se de uma matéria que não comporta uma universalidade de opiniões - afirmou Josaphat Marinho.

Ronaldo disse que o trabalho de Josaphat representa uma "contribuição imensa" ao Direito brasileiro e, a seu ver, merecerá as homenagens do mundo jurídico nacional. O senador

destacou também o compromisso do presidente do Senado, Antonio Carlos, de oferecer esse novo instrumento legal durante a sua gestão. "A aprovação do Código Civil será uma das grandes realizações de Antonio Carlos", frisou.

Bernardo Cabral (PFL-AM), um dos sub-relatores do projeto, considerou irretocável o trabalho do relator. Ele concordou que a aprovação do código será "a maior realização da gestão de Antonio Carlos". José Ignacio Ferreira (PSDB-ES), também sub-relator, salientou a determinação e o empenho pessoal de ACM na votação do novo código e exaltou o trabalho de Josaphat Marinho. O relator foi ainda homenageado por Emília Fernandes (PDT-RS), que ressaltou a importância de se ter um novo Código Civil adaptado às conquistas feitas pelas mulheres nos últimos anos.

## Para Antonio Carlos, uma "prova dos novos tempos do Congresso"

Ao participar do ato de entrega do parecer do senador Josaphat Marinho sobre o projeto de novo Código Civil, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, ressaltou que a perspectiva de encerrar, ainda neste ano, a tramitação da matéria "é uma prova dos novos tempos de trabalho e de atuação do Congresso Nacional".

- Esta é uma época importante da vida do Senado, que tem-se afirmado como uma instituição forte perante a opinião pública - disse.

O senador elogiou o trabalho do presidente da Comissão Especial do Código Civil, senador Ronaldo Cunha Lima, dos relatores parciais e do

"grande civilista" Josaphat Marinho, relator-geral. Observou ainda a coincidência de a apresentação do parecer ter acontecido ontem, Dia da Cultura e data de nascimento de Rui Barbosa, que também foi senador pela Bahia, como Josaphat, e fez a revisão do Código Civil vigente, elaborado por Clóvis Bevilacqua.

Antonio Carlos Magalhães confirmou que a matéria será incluída na Ordem do Dia do plenário do Senado ainda este mês, e assegurou não estar preocupado com a polêmica que o parecer de Josaphat Marinho venha a gerar, assinalando que a controvérsia faz parte da democracia.

## Alterações são profundas em mais de 2 mil artigos

Em 2.073 artigos, o parecer do senador Josaphat Marinho altera profundamente o Código Civil vigente no Brasil desde 1917. O projeto está dividido em duas partes fundamentais: Geral e Especial. A primeira é composta de três livros: Das Pessoas, Dos Bens e Dos Fatos Jurídicos. A segunda dobra-se em cinco livros: Do Direito das Obrigações, Do Direito de Empresa, Do Direito das Coisas, Do Direito de Família e Do Direito das Sucessões. As principais mudanças são:

- Substitui a expressão "todo homem" por "todo ser humano" para definir a pessoa capaz de direitos e obrigações;
- Protege os nascituros desde a concepção;
- Reduz a maioridade civil para 18 anos;
- Elimina o pátrio poder, trocado por poder familiar;
- Não há mais distinção entre os filhos, sendo suprimida a

filiação legítima, legitimada, adotiva;

- Reconhece à companheira ou ao companheiro, na vigência da união estável, direito a participar da sucessão do outro, em proporção que variará segundo as parcelas dos filhos comuns, dos descendentes só do autor da herança e dos parentes sucessíveis;

- Desconsidera a personalidade jurídica em caso de abuso caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial;

- Regula a concessão da superfície pelo proprietário a outrem para construir e plantar, sendo exigida a escritura pública e autorizado a concessão gratuita e onerosa;

- Acrescenta a função social às características da propriedade;

- Estabelece que o direito de propriedade deve ser exercido em consonância com as suas finalidades econômicas e soci-

ais, preservando a flora, a fauna, as belezas naturais, o equilíbrio ecológico e o patrimônio histórico e artístico;

- Reduz os prazos para aquisição de propriedade (usufruto) de 20 para 15 anos, nos casos daquele que, sem interrupção nem oposição, possuir como seu um imóvel; para 10 anos para quem possuir o imóvel contínua e incontestadamente, com justo título e boa fé. Neste último caso, o prazo se restringe a cinco anos, se preenchidos os requisitos de aquisição onerosa, estabelecimento de moradia ou investimentos de interesse social ou econômico;

- Reconhece a liberdade de contratar, porém condiciona seu exercício em razão e nos limites da função social do contrato, repelindo o individualismo condenável;

- Dispensa o empresário rural e o pequeno empresário da formalidade de inscrição no Registro de Empresas.

## TV SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) sobre o projeto de lei que institui a quarentena para os diretores do Banco Central, quando dispensados das funções (inédito)
- 7h30 - "Jornal da Amazônia" (reapresentação)
- 7h40 - "Senado em Pauta"
- 8h - Debate entre o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) e Elisa Gonçalves Martins, diretora do Procon/DF, sobre a regulamentação dos planos de saúde (inédito)
- 9h30 - Entrevista com o senador Pedro Simon (PMDB-RS) (reapresentação)
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais (audiência pública sobre os planos de saúde) (vivo)
- 14h30 - Sessão plenária (vivo)
- Logo após - Comissão Especial do Código Civil - votação final do projeto (pré-gravada pela manhã)
- 20h30 - "Congresso Hoje"
- 21h - Sessão plenária (reapresentação)
- 0h30 - "Jornal do Congresso" (reapresentação)
- 1h - Debate entre o senador Sebastião Rocha e a diretora do Procon/DF (reapresentação)
- 2h - "Jornal da Amazônia"
- 2h30 - Sessão plenária (reapresentação)
- 6h30 - "Congresso Hoje" (reapresentação)
- 6h40 - "Senado em Pauta" (reapresentação)

## RÁDIO SENADO HOJE

24 horas no ar

- 7h30 - "Jornal do Senado" (1ª edição)
- 7h40 - Música e informação
- 10h - Comissão de Assuntos Sociais
- Em seguida - Música e informação
- 13h30 - "Jornal do Senado" (2ª edição)
- 13h45 - Música e informação
- 14h15 - "Plenário em revista"
- 14h30 - Sessão plenária
- Em seguida - Música e informação
- 19h - "A Voz do Brasil"
- 20h - Música e informação
- 22h30 - "Jornal do Senado" (3ª edição)
- 22h45 - Música e informação
- 0h - Retransmissão da sessão plenária
- 4h - Música e informação até as 7h30



# Festa para a cultura e o cinema

O Dia Nacional da Cultura e, ao mesmo tempo, do Cinema Brasileiro mereceu várias saudações na Hora do Expediente da sessão de ontem, quando Suplicy homenageou os imigrantes de todas as partes do mundo por sua contribuição à formação da nossa cultura.

## Suplicy reflete sobre a contribuição dos excluídos

Para o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), o Dia Nacional da Cultura não é uma data só de celebração, mas de reflexão. Na sua opinião, deve-se comemorar a unidade do país enquanto povo e nação, construída ao longo da História por meio da contribuição daqueles que fizeram do Brasil a sua pátria. No entanto, ele lembrou que durante séculos a cultura foi distinguida apenas como manifestações circunscritas ao universo das elites, recusando as criações dos pobres e excluídos.

Suplicy acha que no mundo de hoje, em que a globalização parece apagar fronteiras nacionais, "paradoxalmente cada vez mais a reafirmação das especificidades de cada povo, de cada cultura, se faz presente". Dessa forma, disse, neste dia deve-se lembrar "a cultura do povo brasileiro" e comprometer-se com o resgate de tudo aquilo que o poder e a exclusão relegaram a



Suplicy: Brasil multicultural

segundo plano ou esqueceram.

- É comprometer-nos com a incorporação ao patrimônio cultural da contribuição não só de migrantes, de estrangeiros que trouxeram a riqueza de suas diferentes tradições, mas também daqueles que, subjugados, viram aniquilar-se sua cultura, como os povos da África arrancados à sua terra pela mão do traficante negreiro e que, trazidos para o Brasil como escravos, foram verdadeiros construtores da riqueza de nossa nação - assinalou.

Suassuna, por sua vez, discorreu sobre os "fazedores de cultura" que retratam o verdadeiro Brasil, contribuindo para a identidade nacional. E, mesmo em viagem, Benedita da Silva falou, pela voz de Suplicy, apontando nossas origens culturais africanas

## Suassuna fala dos filmes recentes e de Villa-Lobos

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) defendeu a importância de os "fazedores de cultura" continuarem retratando o verdadeiro Brasil e contribuindo para a construção de uma identidade nacional "diante desse mundo cada vez mais globalizado". No seu entender, é possível aceitar as manifestações culturais que vêm de fora e, ao mesmo tempo, afirmar o valor da cultura brasileira.

Apesar de concordar que a produção cinematográfica no país tem passado por altos e baixos, Suassuna crê que a qualidade do cinema, "essencialmente engajado com as coisas brasileiras", permanece constante. O senador destacou a importância de filmes que "se enfrontam nas particularidades da cultura nacional", como *Carlota Joaquina*, *O Quatrilho* e *A Guerra de Canudos*.

Suassuna considerou significativa a contribuição de Villa-Lobos para o cinema brasilei-



Suassuna: o cinema e a música

ro, porque mesmo erudito "teve a capacidade e sensibilidade de trazer para esse tipo de música as melodias populares, extraídas de nosso rico folclore". O senador lembrou que as *Bachianas Brasileiras* e os *Choros*, do compositor, fazem parte do repertório de orquestras internacionais.

"Ele soube como ninguém demonstrar que a particularidade brasileira é dotada de universalidade, como a obra de qualquer outro compositor clássico", considerou.

## Benedita evoca o sangue negro nas veias do samba

A senadora Benedita da Silva (PT-RJ) destacou a necessidade de se resgatar a manifestação popular e lamentou que o conceito de cultura se restrinja aos palcos e ambientes fechados, enquanto o que se passa nas ruas e nos galpões é considerado folclore.

No discurso, lido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em virtude de viagem da senadora, Benedita afirma que, apesar de esses conceitos permanecerem em voga, "para a mai-

oria dos brasileiros a cultura do país reside muito mais no samba do que na valsa; e o grande espetáculo do Brasil é o carnaval de rua e não a ópera".

A senadora ressaltou ainda a importância da raça negra na formação da identidade nacional e na construção de uma cultura popular vigorosa no país, apesar de "inicialmente escravizada e, mais tarde, marginalizada". No Brasil, lembrou, ao contrário dos Estados Unidos, eram aceitas as reu-



Benedita: saudação lida por Suplicy

niões de negros para cantarem e dançarem porque esse era um jeito de pacificar os cativos, tentando evitar que se dirigissem para a revolta aberta. Segundo Benedita, apesar da repressão e da perseguição cultural, a resistência foi a

marca da manutenção das diversas formas de cultura dos grupos de negros escravizados no Brasil.

A Gilberto Gil - que em sua carreira brilhante tem "demonstrado o quanto pode um artista negro, desde que tenha acesso à formação e aos recursos tecnológicos" - Benedita mandou "aquele abraço", que estendeu aos baianos "de qualquer cor" por haverem projetado a musicalidade do povo brasileiro além das fronteiras nacionais: Dorival Caymmi, Carlinhos Brown, Dodô, Oldem.

## Notícia na Folha de S. Paulo é desmentida

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) desmentiu ontem informação publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, segundo a qual, com o intuito de beneficiar o presidente Fernando Henrique Cardoso, ele teria provocado o adiamento da leitura do relatório do senador Jefferson Péres (PSDB-AM) sobre as contas do governo. - Pedi ao senador Jefferson Péres o adiamento da leitura do seu relatório sobre as contas do governo federal porque eu gostaria de acompanhar essa leitura. No entanto, naquela terça-feira participei de uma solenidade na qual recebi uma medalha do Ministério da Aeronáutica e, em seguida, tive que viajar para Nova York. Não houve intenção de beneficiar o governo e, além disso, não há data obrigatória para se fazer o relatório - afirmou.

Suassuna criticou ainda matérias publicadas pela revista *Oca Mazine* - editada nos Estados Unidos e distribuída no Brasil e em outros países - contendo comentários ofensivos a parlamentares, diplomatas e ao presidente Fernando Henrique Cardoso. Ele informou que está encaminhando cópias das matérias ao presidente do Congresso Nacional, ao ministro das Relações Exteriores e à Presidência da República.